

Outras visões sobre a promoção do desenvolvimento e os desafios aos serviços de extensão rural ¹

Marcelo Miná Dias ²

Introdução

Bons extensionistas são essenciais à promoção do desenvolvimento. Por muito tempo esta afirmação permaneceu inquestionável. Durou o tempo em que o papel do extensionista era bem definido. Ele era um agente público, formado em ciências agrárias, incumbido de difundir informações, conhecimentos e tecnologias para modernizar, em nome do progresso, sistemas arcaicos de produção agropecuária. O extensionista foi o profissional encarregado, pelo Estado, de levar adiante, aos lugares mais distantes e isolados do Brasil rural, as políticas desenvolvimentistas dos anos 1970. Esta missão perdura até hoje no *saber-fazer* extensionista. Não mais sem questionamentos. O extensionista continua como agente que tem importante nos processos de promoção do desenvolvimento. No entanto, já não há mais consenso sobre o que é extensão rural e sobre o papel deste profissional na promoção do desenvolvimento. O próprio desenvolvimento é objeto de debate e de disputa sobre seu significado.

Entendemos que estas incertezas e questionamentos geram oportunidades para pensarmos alternativas ao modo convencional de atribuição de sentidos ao desenvolvimento e ao papel do extensionista em sua promoção. Estas alternativas já vêm sendo

¹ Este texto é apresentado aqui em sua versão de trabalho, não definitiva e sem as devidas revisões gramaticais e ortográficas. Ele responde a uma demanda da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Inbra. A proposta inicial era produzir um texto sobre as mudanças recentes que vêm sendo implantadas pela Diretoria, focando as relações entre a promoção do desenvolvimento dos assentamentos e suas relações com a assessoria ou assistência técnica. Em reunião desta Diretoria, realizada em Brasília no dia 4/9/2007, acordou-se a elaboração de um texto que pudesse ser utilizado como referência pelos extensionistas do Serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma agrária (ATES), destacando aspectos teórico-conceituais, mas também avanços e limites identificados até o momento no Serviço de ATES.

² O autor é Engenheiro Agrônomo e Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRJ. É Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV), onde leciona na graduação e no Mestrado em Extensão Rural. Contribuições ao texto são muito bem-vindas: minad@ufv.br.

pensadas e praticadas em diversas experiências, projetos e intervenções espalhados pelo país. Muitos dos questionamentos aos modelos convencionais de promoção do desenvolvimento tiveram origem nas práticas inovadoras implementadas a partir de meados dos anos 1970 e em reação aos resultados danosos da modernização do rural brasileiro conduzida pelo regime militar.³

Há hoje no Brasil uma enorme diversidade de concepções e práticas de extensão rural. É importante ressaltar que há muito a intervenção extensionista deixou de ser um serviço exclusivo do Estado, utilizado como instrumento do projeto político de promoção da modernização de parte de nossa agricultura. Atualmente diversos agentes, governamentais e não governamentais, concebem, oferecem e realizam serviços de extensão rural. Também são plurais os métodos, enfoques, objetivos, capacidade de intervenção, concepções etc.⁴ Desde a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) em 1948 – primeira entidade dedicada a prestar serviços de extensão rural no país – a extensão rural brasileira vivenciou diversas fases, momentos ou períodos. Na onda neoliberal da década de 1990, o próprio governo federal declarou a irrelevância deste serviço público, extinguindo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), o que na prática significou brutal redução dos recursos públicos direcionados aos serviços de extensão rural.

A partir de 2003, com o início do Governo Lula, a extensão rural passou a viver um momento de reestruturação e redirecionamento conceitual, com apoio governamental e orientado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Este novo direcionamento, além de reavivar o debate sobre a extensão rural, trouxe à cena política e acadêmica, novamente, o debate sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento rural e papel da extensão rural neste empreendimento.

Outro componente importante do cenário atual é a reativação do debate e das ações públicas em prol da reforma agrária. Com o lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) em 2004, o governo brasileiro reformulou o conjunto de ações de políticas públicas direcionadas à sua promoção e, principalmente, aumentou os

³ Uma parte da diversidade das experiências mais recentes pode ser conhecida a partir da leitura de Brose (2003).

⁴ O estudo coordenado por Márcia Muchagata é importante referência para a compreensão da diversidade da extensão rural brasileira hoje (Cf. BRASIL, 2003).

recursos públicos disponíveis para o investimento em compra de móveis e assentamento de famílias (BRASIL, 2006). Com a criação do Serviço de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), afirmou-se a necessidade de um serviço de extensão rural específico aos agricultores assentados e, ao mesmo tempo, a insuficiência do aparato público disponível, justificando-se assim a criação de um serviço terceirizado.

O objetivo deste texto é elaborar uma leitura do momento atual da extensão rural a partir da perspectiva acadêmica. A idéia é revisitar a trajetória histórica deste serviço e colocar em discussão determinadas concepções que hoje informam e influenciam projetos, programas e políticas públicas de extensão rural. Parte-se da hipótese de que as concepções vigentes sobre o que pode ser a extensão rural – construídas por diversos atores a partir de inserções institucionais também diversas – projetam para o serviço e para a intervenção dos profissionais orientações contraditórias a respeito das habilidades, capacidades e competências necessárias à realização das mudanças sociais enunciadas por estas concepções e propostas.

Na ausência de um projeto político amplo de desenvolvimento para o rural brasileiro, o que se concebe hoje sobre o papel da extensão rural, nas diversas estratégias de promoção do desenvolvimento em cena, parece destoar das reais possibilidades de intervenção estabelecidas. Dentre vários aspectos, a diversidade de concepções e práticas em cena sinaliza para um tipo bastante impreciso de profissional extensionista. Ao contrário do período da modernização da agricultura, onde se desejava um extensionista com perfil técnico e habilidades para a transferência de conhecimentos e tecnologias, hoje este tipo de formação parece não mais atender às demandas de promoção do desenvolvimento rural, que se tornaram cada vez mais complexas.

Para adentrar este debate e colocar em questão estas hipóteses, este texto enfatizará a relação entre distintas concepções sobre promoção do desenvolvimento e suas relações com a extensão rural, a formação de profissionais extensionistas e as demandas específicas suscitadas pelo Programa de ATES.

O objetivo dos argumentos elaborados a seguir é estimular o debate. Não se trata, portanto, de oferecer respostas prontas, soluções ou fórmulas, mas, ao contrário, colaborar na construção de um diálogo com a literatura especializada a respeito de de-

terminadas questões que chamam a atenção e demandam reflexão dos atores envolvidos com a extensão rural no Brasil hoje.

Na primeira parte do texto faz-se uma rápida revisão histórica da extensão rural no Brasil, chamando a atenção para as mudanças de orientação conceituais e institucionais que atualmente são propostas pelo processo de reestruturação deste serviço público. O argumento central é que o “difusionismo produtivista” permanece como importante referencial orientador das concepções e práticas extensionistas, apesar das inovações propostas na PNATER. Por outro lado, destaca que as inovações propostas representam oportunidades para que sejam revistas as institucionalidades que fundamentam a ação extensionista, principalmente a formação dos profissionais encarregados de prestar estes serviços.

Na segunda parte do texto, o foco é o debate sobre as mudanças nas concepções sobre a promoção do desenvolvimento e a extensão rural. Estas concepções projetam atributos e papéis para os serviços de extensão rural. A partir da revisão da literatura pertinente pretendemos mostrar que as concepções sobre a promoção do desenvolvimento tornam-se cada vez mais complexas, projetando novas demandas aos serviços de extensão rural.

Por fim, analisaremos as relações entre as revisões conceituais, as diretrizes políticas e as novas orientações institucionais oriundas da PNATER, do PRONATER e do Serviço de ATER e o perfil profissional projetado para o extensionista rural “adequado” às mudanças propostas, trazendo algumas reflexões sobre as reações institucionais às mudanças propostas.

Mudanças conceituais e permanências institucionais na extensão rural brasileira

A extensão rural no Brasil hoje é caracterizada por uma enorme diversidade de agentes que a praticam, por sua vez, a partir de uma miríade de concepções, métodos, formatos organizativos, lugares sociais, objetivos e interesses.⁵ Esta pluralidade con-

⁵ Esta diversidade é captada pelo já citado estudo coordenado em 2002 por Márcia Muchagata para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O objetivo deste estudo foi traçar o perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil, destacando a pluralidade de atores que o praticam. Os autores constatam a existência de 5700 instituições (governamentais e privadas) prestadoras de ATER, classificadas em 11 categorias distintas (BRASIL, 2003).

trasta com o quadro predominante até meados dos anos 1980, quando os serviços de extensão rural eram quase que exclusivamente fornecidos e executados pelo Estado. E eram bastante coerentes com missões institucionais estabelecidas pelos planos de desenvolvimento. Esta coerência extrapolava, inclusive, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) – então responsável pela coordenação das atividades extensionistas no Brasil – compondo um sistema relativamente coerente de promoção do desenvolvimento para o qual as instituições de ensino de ciências agrárias e as de pesquisa agropecuária, principalmente nos anos 1970, contribuíam fornecendo profissionais treinados e informações, conhecimentos e tecnologias voltados ao projeto modernizador do rural brasileiro (Neves, 1987).

Antes de analisarmos a conjuntura atual, é necessário tecer algumas considerações a respeito da trajetória histórica da extensão rural no Brasil.⁶ Ao contar esta história, os autores geralmente elaboram periodizações que procuram dar conta das diversas fases da extensão rural no Brasil. Rodrigues (1997), por exemplo, propõe três fases distintas. A primeira abrange o período de 1948 a 1962, denominado de período do “humanismo assistencialista”, muito bem caracterizado em Fonseca (1985). É o momento de afirmação da extensão rural como profissão, prática e serviço público de educação informal. A segunda fase, denominada pelo autor de “difusionismo produtivista”, delimitada entre 1963-1984, é, a meu ver, o período em que a extensão rural estatal se institucionaliza de fato, compromete-se – como uma corporação de servidores públicos – com um projeto de desenvolvimento, passa a integrar um sistema público voltado a um fim claro (modernizar o campo) e torna coerente e institucional um perfil profissional que é adotado de norte a sul na formação de estudantes de ciências agrárias: um agente moldado para o controle e para a intervenção instrumental sobre a natureza e a sociedade.

⁶ A história da extensão rural brasileira é tema de variada literatura. Em Oliveira (1999) temos uma importante análise das circunstâncias de surgimento da extensão rural no Brasil. Maria Teresa Lousa da Fonseca, em seu livro, ocupou-se dos primeiros tempos da extensão rural, destacando o papel educativo do serviço naquele momento histórico (Fonseca, 1985). A abordagem histórica de José Paulo Ribeiro (Ribeiro, 2000) recupera sua experiência na Emater-MG desde que ela ainda era a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG) no início dos anos 1950. Recomendo também dois textos mais recentes que procuram dar conta das mudanças atuais pelas quais passam a extensão rural. O primeiro deles é o resultado da pesquisa realizada por Maria Cecília Masselli, fruto de suas inquietações com práticas extensionistas que lhes pareciam deslocadas das demandas de seu trabalho com agricultores sem terra e assentados (Masselli, 1998). Por fim, o livro que reúne textos de Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber é fundamental para compreendermos as mudanças em curso nas políticas públicas de extensão rural (Caporal & Costabeber, 2004).

O momento seguinte, na periodização de Rodrigues (1997), é por ele denominado de “humanismo crítico” (1985-1989) e reflete as mudanças geradas pelo fim do regime militar, pela expressão pública das organizações de agricultores e pela percepção generalizada das conseqüências da modernização. Neste momento, para um considerável número de extensionistas, as idéias do educador Paulo Freire, principalmente as divulgadas em seu livro “Extensão ou comunicação?” (Freire, 1988), exerceram forte influência no questionamento do *ethos* extensionista (Masselli, 1998). Temos que considerar também que o processo de democratização marca o início do processo de diversificação dos agentes prestadores de ATER. Outros atores entram em cena, renovando concepções e práticas de extensão rural. O Estado deixa, paulatinamente, de ter o monopólio da prestação de serviços de ATER. Nas palavras de Brandenburg (1993), a extensão rural pública teria cumprido sua missão na modernização do agro brasileiro. Seu novo papel na promoção do desenvolvimento tornava-se aberto ou indefinido. Crise fiscal, orçamentos público cada vez mais limitados, escassez de financiamentos externos e reorientações políticas das agências internacionais de desenvolvimento (FAO e Banco Mundial)⁷ completam o cenário do período do “repensar da extensão rural”.

Este período marca uma fase de tentativa de aproximação entre os serviços públicos de extensão rural e as organizações de movimentos sociais. Em 1985, à frente da EMBRATER, Romeu Padilha de Figueiredo, aproveitando os ares democratizantes da Nova República, propôs ampla reorientação da ação extensionista, buscando aproximá-la dos pequenos produtores (hoje chamados de agricultores familiares), para apoiá-los em seus cultivos (pouco pesquisados) para os mercados internos. Sua proposta também defendia que as práticas extensionistas fossem orientadas pela pedagogia de Paulo Freire (Caporal, 2003). Era uma proposta de mudança radical que, obviamente, encontrou oposição na corporação extensionista das empresas e instituições estaduais (Emater). Estas reações conservadoras demonstram o poder do *ethos* estabelecido durante o período do “difusionismo produtivista”. Foi naquele período que a ação extensionista construiu e estabeleceu seu sentido de ser. Na trajetória histórica deste serviço, vários serão os momentos em que este *ethos* demonstrará sua persistência.

⁷ A FAO, com sede em Roma e representação em diversos países, é a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Embora o comportamento corporativo e conservador tenha inviabilizado a proposta de mudança, ela, inegavelmente, abriu espaço para questionamentos e para práticas alternativas de extensionistas que acreditavam em outra missão para a extensão rural. Uma missão que a aproximasse dos agricultores excluídos e/ou empobrecidos pelo processo de modernização. Começam a aparecer práticas e experiências alternativas por todo o país (Masselli, 1998). Mas, institucionalmente falando, o final dos anos 1980 e o início da década seguinte marcam um período de profunda crise da extensão rural pública no Brasil. Em 1990, em um ato simbólico da percepção governamental sobre a sua irrelevância (sob ares neoliberais que orientavam a diminuição da intervenção estatal em todos os setores), é extinta a Embrater e o Sibrater. O fim da Embrater vem acompanhado de expressiva diminuição dos recursos públicos e a quase que inexistência de renovação dos quadros profissionais das Emater a partir daquele momento. As Emater passaram a depender dos governos estaduais e das prefeituras. A antiga coesão sistêmica, motivo de orgulho da corporação extensionista, esfacelou-se. Para sustentar-se e sobreviver como serviço público, os aparatos públicos de extensão rural foram pedir auxílio aos governos estaduais, fizeram convênios com prefeituras, com sindicatos, cooperativas. Em Minas Gerais, a Emater-MG, para garantir sua sobrevivência (e vislumbrando outro tipo de papel social de sua intervenção), passou a cobrar aos agricultores pelos serviços.

A perda da coesão sistêmica e o início de experiências locais de reestruturação – ainda pouco estudadas e conhecidas – não significaram, para as agências estatais de ATER, ruptura com o passado assistencialista, difusionista e produtivista. Ao contrário, este passado firmou-se como uma tradição, uma referência e um saber-fazer que pode até ter se tornado questionável e menos relevante diante da crise instalada e dos desafios colocados às práticas, mas não um passado superado nas competências e habilidades de milhares de extensionista formados para este tipo de intervenção. Esta é uma afirmação polêmica, mas a pesquisa do Perfil dos Serviços de ATER (BRASIL, 2003), embora reconheçamos seus limites⁸, chega à conclusão de que as inovações metodológicas nas práticas de ATER ocorrem nas organizações não governamentais (ONG) e nas instituições de ensino, não nas agências governamentais.

⁸ Estes limites são assinalados pelos próprios executores do trabalho. Para uma avaliação crítica dos resultados alcançados pela pesquisa Cf. Neumann & Froelich (2004).

Em meio às permanências do agir extensionista, da crise da extensão rural pública e da proliferação de outros agentes que declaram prestar serviços de assistência técnica e extensão rural, eis que surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996. Os recursos oriundos do Pronaf para prestação de assistência técnica foram fundamentais para muitas empresas estaduais, aproximando definitivamente a extensão rural pública da agricultura familiar. Obviamente esta aproximação foi muito mais uma necessidade de sobrevivência institucional do que afinidade ideológica da extensão rural com este público. A relação entre o Pronaf e a extensão rural governamental foi simbiótica nos estados onde as empresas estaduais tinham condições de prestar os serviços. A concessão do crédito dependia da elaboração de um projeto técnico e a empresa estadual de ATER dependia dos recursos para prestar a assistência técnica. Este vínculo entre o Pronaf e a extensão rural pública afirmava, no entanto, velhas práticas extensionistas. Estudando as relações entre a assistência técnica e os projetos elaborados para a linha “A” do Pronaf (para agricultores assentados), Bruno & Dias (2004, p.61-2) argumentam que:

(...) a noção de “assistência técnica” parece coerente ao papel atribuído aos projetos técnicos e ao tipo de trabalho desempenhado pelos extensionistas junto aos agricultores. Os projetos, quando muito, contemplam a dimensão produtiva ou agrícola da promoção do desenvolvimento ou “fortalecimento da agricultura familiar” pretendido pelo Pronaf, reduzindo-o à disseminação de novas técnicas ou práticas de cultivo. Essa especialização da ação extensionista no caso do Pronaf “A”, além de disseminar práticas geralmente incoerentes com aquelas tradicionalmente conduzidas pelos agricultores, deixa de lado as características e condicionantes mais amplos e sistêmicos de uma intervenção que pretende provocar mudanças substanciais nas condições de vida das famílias de agricultores.

No Pronaf não havia diretrizes ou objetivos claros sobre os projetos (seu conteúdo, seus princípios, a matriz tecnológica orientadora etc.). Eles se tornaram meras peças técnicas para liberação de recursos. Na ausência de um projeto político mais amplo de desenvolvimento para o rural brasileiro, outra modernização, mais lenta e silenciosa, ocorria de forma molecular, a depender da vontade de quem a empreendia, com apoio do Pronaf. Vários estudos indicam o vínculo entre o Pronaf, “(...) o aumento da

erosão e o aumento da frequência de uso de agrotóxicos” (FECAMP, 2002, p.124). Em outra pesquisa, Ferreira & Garcia (2002, p.29) identificaram que, entre seus entrevistados, “há uma crítica generalizada ao conteúdo da assistência técnica”, que não vislumbrava alternativas ao antigo padrão da modernização agrícola. Como argumentam Romano & Buarque (2002, p.25), estudando o crédito para agricultores nordestinos, os técnicos “não levavam em conta as especificidades nem o potencial real das unidades produtivas”. Mudam os tempos, a conjuntura política, as demandas sociais, a estrutura disponível para a intervenção, mas permanece o *ethos* extensionista enraizado no “difusionismo produtivista”.

Em 2003 mais uma mudança radical. Com o início do governo Lula, vários projetos políticos começam a ser postos em prática pelo Estado. Para o desenvolvimento rural, o governo pretende concretiza o projeto “Vida digna no campo”, com forte ênfase na agricultura familiar, na necessidade da reforma agrária, no combate à fome e à pobreza. Para a extensão rural foram delineados novos horizontes. A primeira ação, em junho de 2003, foi a transferência da competência da ATER pública do Ministério da Agricultura e Abastecimento para o Ministério (MAPA) – onde estava sob guarda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desde o fim da Embrater – para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A seguir foi criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. E, mais importante, passam a compor o Dater vários extensionistas da Emater do Rio Grande do Sul, que durante o governo de Olívio Dutra havia empreendido ampla reformulação de sua missão institucional e intervenção pública. A experiência da Emater gaúcha torna-se espelho para a construção de uma nova política pública de ATER. Esta experiência, em sua revisão institucional, tinha como proposta a “transição agroecológica” – uma crítica aos preceitos e instrumentos da revolução verde e a afirmação do projeto político: a “extensão rural agroecológica”. De acordo com seus idealizadores:

(...) trata-se de uma intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade

de. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo (Caporal & Costabeber, 2004, p.64).

Embora a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural – referida pela sigla PNATER – tenha sido fruto de um amplo processo de consulta a extensionistas, organizações dos agricultores e demais envolvidos com o tema, prevaleceu em seu texto final o foco na promoção da transição agroecológica. Os cinco princípios da PNATER deixam claras as intenções políticas da mudança proposta. Primeiro, define-se como público prioritário (e quase exclusivo) da política pública a agricultura familiar⁹ e coloca-se como princípio a garantia do acesso à ATER.¹⁰ Está implícito neste princípio o diagnóstico sobre a importância da existência de serviços públicos de ATER e a necessidade de democratizar o acesso. No caso da PNATER, estes serviços são qualificados como “públicos, gratuitos, de qualidade e em quantidade suficiente”. Segundo, há clara opção política pelo discurso da sustentabilidade do desenvolvimento, qualificado também de “endógeno” e vinculado ao “paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia” (BRASIL, 2004, p.7). Esta opção também é relacionada à busca da segurança alimentar e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Chama à atenção no documento da PNATER o reconhecimento da pluralidade dos agentes que trabalham com ATER, convocados a compor um “sistema nacional descentralizado de ATER pública”, coordenado pelo Dater/SAF/MDA e articulado por mecanismos de gestão social e financiamento misto (várias instâncias governamentais, parcerias, fontes internacionais etc.). Isto representa ao mesmo tempo o reconhecimento da incapacidade do Estado prover exclusivamente os serviços e a diversidade que hoje caracteriza a extensão rural no país. Este reconhecimento aponta para dois objetivos

⁹ Trata-se do conceito amplo de agricultura familiar, incorporando “assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF” (BRASIL, 2004, p.7).

¹⁰ O acesso aos serviços torna-se importante para garantir a execução de programas de políticas públicas. De acordo com dados oficiais (do Censo Agropecuário de 1995/1996), apenas 16,7% dos agricultores familiares brasileiros teriam acesso a algum serviço de assistência técnica. No Nordeste Brasileiro este percentual cairia para 2,7% (Incrá/FAO, 2000).

distintos: reestruturar o aparato estatal e apoiar a iniciativa não governamental. Aparentemente contraditórios, estes objetivos são coerentes com as formas bastante diversificadas de privatização (ou diminuição dos investimentos públicos) das atividades de assistência técnica e extensão rural (Cf. Chapman & Tripp, 2003).

Por fim, a preocupação com o estímulo a métodos de intervenção coerentes com as diretrizes defendidas (diagnósticos participativos, perfil educativo e construtivista da intervenção etc.) e com a capacitação (“processos educativos permanentes e continuados”) dos atuais agentes extensionistas, “visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2004, p.7). Evidencia-se, ao enunciar estes princípios, o diagnóstico da inadequação entre a proposta de mudança e o quadro técnico disponível para executá-la.

Parece evidente que não há intenção do governo federal de estabelecer uma orientação política para a extensão rural que resgate a coerência institucionalmente verticalizada (e garantida pela ausência de democracia) dos tempos da modernização conservadora. Neste sentido, as instituições públicas e privadas de ATER tenderão a se comportar de modo diverso e pouco regulado em relação à PNATER, procurando influenciá-la de acordo com interesses particulares a cada organização (Diesel *et al.*, 2006). O documento da PNATER é extremamente avançado em termos da proposta de mudança que coloca em cena. A seu modo, resgata um leque variado de críticas à extensão convencional. Estas críticas, por sua vez, vêm sendo construídas a partir de experiências bastante diversas e quase todas não são referidas às dimensões continentais de intervenção como é o caso brasileiro e como exigem as políticas de caráter universalizante.

Apesar de seu caráter inovador, a PNATER também representa uma possibilidade do Estado exercer seu poder de enquadramento, regulação e controle. As empresas públicas que não se adequarem – imagina-se – poderão ser punidas com a limitação de recursos. As não governamentais que não atenderem aos requisitos dos editais públicos serão excluídas do processo. As que acessarem recursos e não cumprirem metas, seriam punidas. É um cenário possível, desde que o Estado desenvolva mecanismos de

avaliação e monitoramento da ATER. Por enquanto, estes mecanismos não existem. Prevalecerá a trajetória histórica de cada instituição, a força dos *habitus* e o modo como cada um lidará com a inovação proposta.

Os textos das políticas públicas também representam importantes referentes à ação. Eles contêm representações sociais sobre a mudança desejada; mexem com o imaginário social e têm o potencial de deslocar posições conservadoras arraigadas. Afinal, é o Estado – com todo o simbolismo aí representado – que está defendendo este tipo de mudança. Embora de modo contraditório – por também estimular permanências – sinaliza que há outras concepções que merecem ser debatidas publicamente. Sustentabilidade, agroecologia, gestão social, dentre outros temas, passam a ser considerados, discutidos, debatidos, reapropriados, ressignificados, rejeitados ou aceitos como referentes à ação. Muitos se admiram ao ler editais públicos com termos que há pouquíssimo tempo atrás não eram utilizados em textos oficiais. Esta é uma mudança que não pode ser desconsiderada. Embora a idéia de mudança sempre traga consigo um diagnóstico sobre a imperfeição ou inadequação daquilo que se quer mudar, ela é ao mesmo tempo sedutora e ameaçadora. Não há como prevê o resultado das mudanças propostas. Nas organizações, a imprevisibilidade das mudanças gera incertezas e ansiedades. Ao mesmo tempo, a possibilidade de mudança gera esperança de que as coisas possam melhorar.

Outro imaginário sobre o desenvolvimento e o rural

A palavra desenvolvimento mobiliza imediatamente valores positivos. Desde o segundo pós-guerra, o termo “desenvolvimento” vem sendo utilizado para nomear processos de mudanças econômicas que são representados como essencialmente positivos aos grupos sociais por eles atingidos ou beneficiados. Não sem razão, ele é usado com frequência nos discursos políticos e em *slogans* governamentais. A própria noção de desenvolvimento confunde-se assim com a idéia de um futuro qualitativamente melhor como resultado de mudanças sociais provocadas. Disto resulta, em parte, sua enorme aceitação e uso. A promoção do desenvolvimento anima mobilizações, ações coletivas, cria e recria habilidades institucionais, competências profissionais e orienta e legitima intervenções.

Naturalizada, a noção de desenvolvimento parece inquestionável. Ao ser enunciado, o desenvolvimento parece explicar-se por si só, dispensando maiores esclarecimentos sobre sua própria definição, os modos de sua realização, o caráter político das ações que buscam promovê-lo etc. Talvez este fato seja uma decorrência do caráter normativo que a noção de desenvolvimento tende a assumir. Ao definir desenvolvimento elabora-se mais uma prescrição do que *deve ser* o desenvolvimento do que uma descrição do que uma explicação sobre o que *é* desenvolvimento. Por vezes esquece-se que desenvolvimento é um conceito socialmente construído, polissêmico, contingente e sujeito a disputas para atribuição de significados e a usos político-ideológicos diversos. Neste sentido, tornam-se importantes as lições das experiências concretas que tentaram realizá-lo. Não como modelos a serem copiados, mas como fatores explicativos sobre *como* ocorreu o desenvolvimento e o *quê* contribuiu para a sua realização.

As experiências concretas, nesta perspectiva compreensiva, tornam legítimas ou ilegítimas concepções e modos de promoção do desenvolvimento. Na prática, de um modo geral e ao contrário desta percepção mais contingente, as visões sobre o desenvolvimento tenderam a imaginá-lo como um processo histórico quase inevitável de constante acúmulo e progresso que, uma vez desencadeado, objetiva deixar para trás determinados envoltórios prévios, tradições, costumes, concepções, valores, práticas etc. A realização do desenvolvimento ofereceria outra ordem às realidades sociais, partindo de contextos mais simples e tradicionais, alvos destas ações, até alcançar ordenamentos econômicos e sociais mais complexos e modernos (Giddens, 1991).

Desenvolvimento, progresso, evolução. A estas palavras se poderia juntar algumas outras como modernização, ocidentalização. Todas têm em comum o fato de serem usadas para tentar expressar o movimento histórico da humanidade e seu sentido (Favareto, 2007, p.40).

Este sentido, na concepção convencional ou dominante de desenvolvimento, é único: do atraso à modernidade. Para Cowen & Shenton (1996), as concepções modernas sobre desenvolvimento tiveram origem concomitante ao surgimento da sociologia. A visão clássica construída sobre o desenvolvimento associava sua ocorrência à contínua

evolução econômica de uma sociedade que garantiria seu progresso permanente e auto-impulsionado, compreendido como a gradual superação dos limites impostos pelos diversos tipos de apego a tradições (Latouche, 1988). Assim, a promoção do desenvolvimento tem sido relacionada quase que exclusivamente às capacidades sociais de acumular conhecimentos e tornar os processos produtivos mais eficientes, gerando com isso ganhos econômicos. Esta definição faz com que desenvolvimento e crescimento econômico se equivalham.

O desenvolvimento passou a ser medido pelo tamanho das economias nacionais e pela capacidade dos países em produzir e acumular riquezas. O Produto Interno Bruto (PIB) tornou-se o principal meio para aferição do desenvolvimento dos países. Com isso, disseminou-se a ideologia de que a promoção do crescimento econômico beneficiaria as sociedades como um todo; de que os frutos do crescimento econômico seriam compartilhados socialmente. Esta ideologia sucumbiu à realidade de pobreza, exclusão e desigualdade social que marcou o processo de desenvolvimento industrial e urbano brasileiro a partir da década de 1950.

(...) foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à educação e à saúde (Veiga, 2005, p.19).

Esta ênfase nos resultados macroeconômicos colocava em um plano secundário outros objetivos. Para Santos & Rodríguez (2002, p.46), houve, historicamente, uma marginalização de objetivos sociais, econômicos e políticos. Estes objetivos incluiriam a participação mais bem qualificada das populações atingidas pelos programas e uma preocupação com a “distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente”.

As estratégias centradas no crescimento econômico seriam questionadas em sua capacidade real para promover melhorias nas condições de vida das populações. De fato, o principal legado dos esforços em prol do desenvolvimento desde a Segunda Guerra

Mundial havia sido as enormes desigualdades entre países (e dentro dos próprios países), de modo que temas com a fome, a pobreza, a injustiça social e a degradação ambiental permaneciam como mazelas (Chesnais, 1986). Neste debate, economistas não aceitavam a retórica da iniquidade na distribuição de renda como um traço intrínseco ao desenvolvimento. A prosperidade material das nações, avaliada pelo incremento nos índices de renda *per capita*, deixaria de ser uma medida única à aferição do desenvolvimento.

As visões difundidas por este amplo debate, embora bastante diversas, tornavam evidente que se estava discutindo a insustentabilidade, no longo prazo, das estratégias convencionais de promoção do desenvolvimento. Os padrões de produção e consumo estariam conduzindo a um tipo de escassez diferente daquela alardeada pelos estudos focados nos limites do crescimento da década de 1970. Ao invés de absoluta, vivia-se uma ameaça de escassez relativa dos recursos ambientais e de produção.

O conceito de sustentabilidade difundido pelo “Relatório Brundtland” – também conhecido pelo título de “Nosso futuro comum”, de 1987 – projetava três dimensões fundamentais para a formulação de políticas ao desenvolvimento: a ambiental, a social e a econômica. A ambiental apontava tanto para a preservação quanto para um uso mais racional dos recursos naturais. A dimensão social estava preocupada com a qualidade de vida das populações, associando-se à noção de desenvolvimento humano, que posteriormente seria amplamente difundida pela ONU. A dimensão econômica, por fim, propunha rever a lógica do crescimento econômico, limitando-o à consideração da distribuição da riqueza e à racionalização do uso dos recursos naturais. Para tanto, foram feitas várias recomendações de ações para os governos, tais como limitar o crescimento populacional, garantir a segurança alimentar das populações, preservar a biodiversidades dos ecossistemas, desenvolver fontes de energia renováveis, limitar a produção industrial a determinantes ecológicos e satisfazer as necessidades básicas das populações mais pobres (Guzmán, 1997).

A aceitação da sustentabilidade – social, econômica e ambiental – como parâmetro para a promoção do desenvolvimento foi referendada por representantes de governos, cientistas, políticos e ativistas sociais durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Paralelo à

conferência foi realizado o Fórum Mundial, reunião de diversas entidades da sociedade civil e ONGs de mais de 150 países. A Rio-92, como ficaram conhecidas a conferência e seus encontros paralelos, deu enorme visibilidade ao debate ambientalista e às organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que deixou a impressão de ter alcançado poucos avanços concretos principalmente em relação à possibilidade de avanços na capacidade global de governabilidade da crise ambiental diagnosticada (Leis, 1999). O documento mais importante da conferência foi a Agenda 21, uma carta de intenções que, de acordo com Fisher (1998), combina duas perspectivas de ação sobre o desenvolvimento, uma que enfatiza a necessidade de acesso aos recursos pelos mais pobres e outra preocupada com a administração sustentável dos recursos naturais.

Inaugurava-se uma fase de revigoração da noção de desenvolvimento, agora qualificada de desenvolvimento humano e sustentável (Cepal, 1990). Entre questionamentos e análises, propunha-se que o desenvolvimento deveria ter uma “face humana”. Por exemplo, em *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen faz uma crítica poderosa às visões economicistas convencionais ao conceituar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas possuem, ou das *capacidades* do ser humano (Sen, 1999). A liberdade, para este autor, deve ser entendida de uma maneira ampla, o que incorpora o reconhecimento da heterogeneidade de seus componentes.

A noção de liberdade de Sen abrange dimensões que se inter-relacionam, como a liberdade política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, a transparência e a segurança. A efetividade instrumental da liberdade diz respeito ao fato de que gozar a liberdade em uma de suas dimensões pode contribuir significativamente à conquista de liberdade em outras de suas dimensões. Aos indivíduos, as suas capacidades permitem-lhes que vivam vidas nas quais façam o que valorizam – trata-se de liberdade de escolha ou opção. Para o autor, os envolvidos com a promoção do desenvolvimento deveriam se questionar sobre quais seriam as condições necessárias para que os sujeitos realizem seus potenciais, enriquecendo sua vida por meio da expansão de suas capacidades.

Além das necessidades básicas, a educação, a saúde, as oportunidades econômicas, os direitos humanos e a equidade social afirmavam-se como dimensões à aferição do

desenvolvimento. Na década de 1990, as novas idéias levariam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a lançar uma nova metodologia mais complexa de aferição do desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera referências como qualidade de vida, longevidade e nível de conhecimentos, além do tradicional indicador de renda *per capita* (Boiser, 2000).

Estes debates traziam desafios às estratégias convencionais de promoção do desenvolvimento. Como enfoque normativo, o desenvolvimento havia se tornado um conceito pouco referido a situações concretas e apropriado por aspirações políticas diversas. As vozes dissidentes e críticas pediam por redefinições, redirecionamentos e adequações dos objetivos e métodos diante do diagnóstico da falência das ações até então empreendidas. Os resultados contestáveis dos ideais de progresso aplicados às políticas desenvolvimentistas indicaram a necessidade de se reconhecer outros valores, implicando o declínio da força normativa da idéia de história universal.

Deste modo, neste novo contexto, a concepção de modelos de desenvolvimento como processos cujas propriedades seriam transferíveis das sociedades desenvolvidas às não-desenvolvidas encontrava enormes dificuldades para se legitimar. O viés etnocêntrico foi posto em questão e a dimensão cultural do desenvolvimento assumiu um papel relevante na formulação das intenções de sua promoção (Tucker, 1996). Entre os vários qualificativos aos quais seria então sistematicamente associado, o desenvolvimento passou a ser discursado como autodependente, autêntico, endógeno, solidário, integrado, voltado à satisfação das necessidades básicas, participativo, local, territorial, centrado nas pessoas, humano e sustentável. Todos estes qualificativos tentavam incorporar o teor das mudanças reclamadas por meio de novos enfoques à compreensão dos limites das estratégias convencionais de desenvolvimento, que tinham como objetivo quase exclusivo o crescimento econômico.

Como explica Latouche (1988), a partir destas críticas a visão sobre o desenvolvimento tornar-se-ia, de um modo geral, mais complexa e preocupada com as implicações ambientais e sócio-culturais de sua promoção. É importante perceber que não se trata apenas de um processo de revisão conceitual. As intervenções em prol do desenvolvimento tornar-se-iam também menos estatais, mais localizadas ou descentralizadas, com maior participação de agentes locais e regionais envolvidos na elaboração e con-

dução de projetos.

Estas mudanças na institucionalidade da promoção do desenvolvimento relacionavam-se, desde suas origens, de um lado, ao enxugamento dos Estados nacionais sob influência do neoliberalismo e, de outro, às experiências locais, pequenos empreendimentos ou projetos estimulados por organizações comunitárias, associações, sindicatos, universidades e outras organizações não-governamentais que agiam de modo independente aos aparatos governamentais (Fisher, 1998). A partir da década de 1970 foi-se diversificando o campo dos atores envolvidos nesta tarefa.

Nos países mais pobres, organizações não-governamentais assumiam papéis cada vez mais importantes à condução de ações públicas complementares ou alternativas à ação dos aparatos governamentais. Como argumenta Nerfin (1977), intervenções alternativas vingaram no terreno de um “terceiro sistema político”, aquele que partia do diagnóstico dos fracassos governamentais (o primeiro sistema) e do poder econômico (o segundo sistema) para promover o desenvolvimento de modo a atender as demandas dos setores populares das sociedades.

Para Korten (1990), a força dos discursos que propunham revisão das concepções sobre o desenvolvimento reside na necessidade de mudanças institucionais e políticas. Reforçando este argumento, as experiências conduzidas por ONGs foram fundamentais à elaboração e à consolidação de novas estratégias à promoção do desenvolvimento, que não estariam voltados prioritariamente ao crescimento econômico pela acumulação de capital, mas para um tipo de transformação social mais localizada e cuja ênfase recairia na capacitação das pessoas, para que elas pudessem organizar processos produtivos menos dependentes de fatores externos (Dias, 2004, Santos & Rodriguez, 2002).

Nesta perspectiva, o objetivo maior seria o desenvolvimento humano, ou o processo pelo qual os membros de uma sociedade incrementariam suas capacidades pessoais e institucionais para mobilizar e maximizar recursos e produzir com sustentabilidade, distribuindo, por entre todos, as melhorias em qualidade de vida. Os meios para alcançá-lo deixavam de ser unicamente o capital, a tecnologia, o comércio, o investimento estrangeiro e a presença de especialistas externos e passavam a ser, prioritariamente, as pessoas, suas habilidades, os recursos e os conhecimentos locais, organizados de

modo mais cooperativo, solidário e participatório. Ao contrário da crença nos exemplos exógenos e na transferência de tecnologias, a modernização seria alcançada por meio da articulação e do estímulo às capacidades locais, compreendendo tradição e modernidade como complementos (Korten, 1990).

No Brasil, as organizações do chamado “terceiro setor” contribuíram para tornar pública a mobilização e a luta cotidiana de vários atores que movimentavam a sociedade desde suas localidades, inventando modos criativos para intervir em suas realidades e promover o desenvolvimento. Com isso, a agenda política do desenvolvimento mudou gradativamente, abrindo espaço para novos temas como, por exemplo, a necessidade de participação mais ativa dos beneficiários das ações, a importância do fator local ou territorial para a formulação de políticas públicas, a sustentabilidade como critério para a implantação de projetos, a consideração do papel da mulher nas relações de gênero, a necessidade de geração de tecnologias apropriadas às diversidades sociais e ambientais etc.

A partir dos anos 1990 este movimento de base dialoga, de maneiras diversificadas, com processos macrosociais de revisão do papel do Estado. Naquele momento, fortaleceu-se um discurso do imaginário democrático que, ao clamar por justiça econômica e social, direitos humanos e sociais, reivindicava do Estado um maior protagonismo das organizações da sociedade civil na determinação dos rumos políticos da promoção do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, no plano das políticas macroeconômicas, o Estado fortaleceu o discurso neoliberal que reclamava, dentre outros aspectos, a diminuição do seu tamanho, a redução de suas responsabilidades e a restrição de seu papel empreendedor, inclusive aquele relacionado às demandas sociais básicas, incentivando a ação social de organizações privadas ou voluntárias (Doimo, 1995, Neves, 2001, Dagnino, 2002). Por força da conjuntura, ambos os campos de elaboração de discursos sobre o desenvolvimento se encontraram na revisão da institucionalidade à sua promoção.

Esta revisão conceitual aponta para caminhos e perspectivas atuais bastante diversas. A dimensão ambiental do desenvolvimento, por exemplo, conduz a um debate sobre soluções globais, já que os riscos do desenvolvimento econômico e tecnológico não se limitam a fronteiras politicamente definidas (Giddens, 2001). Por outro lado, os ins-

trumentos governamentais de intervenção centralizados são levados a dialogar cada vez mais com as demandas e especificidades locais. Há neste caso uma demanda por regulação e inserção global ao mesmo tempo em que se revelam os condicionantes locais e específicos à definição do próprio conteúdo deste desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento endógeno surge justamente como reação ao paradigma produtivo fordista e à difusão de inovações tecnológicas do tipo de “cima para baixo” ou “do centro à periferia” (Boiser, 2000), e diz respeito à capacidade local de dar respostas aos desafios globais por meio de inovações sociais e a partir das especificidades culturais e dos recursos sociais, econômicos e naturais disponíveis (Lená, 1997).

As experiências de desenvolvimento local e endógeno ressaltam a importância do apoio às capacidades locais para reagir positivamente aos fatores externos, inovar, desencadear mudanças e re-organizar fatores produtivos de modo a favorecer novos tipos de inserção econômica para comunidades, municípios ou regiões (Vázquez-Barquero, 1998). Nesta perspectiva, a ênfase das estratégias de desenvolvimento recai nas organizações locais, no seu entorno institucional, nas potencialidades das pessoas, nos relacionamentos produtivos, na história e nos valores culturais locais, na exploração sustentável de recursos naturais, na construção de marcas locais com inserção global etc.

O cultural, o local e o territorial aparecem como importantes referências à formulação de políticas de desenvolvimento. Ao serem estimuladas à formulação e à implantação de estratégias próprias de desenvolvimento, controladas localmente, as comunidades passariam por transformações sociais e econômicas que não dependeriam dos investimentos e das intenções das grandes corporações (Albagli & Maciel, 2002).

As especificidades de cada território (tais como um mercado de trabalho, recursos naturais, relacionamentos institucionais, estrutura produtiva, capacidade empresarial e organizativa, cultura política etc.) poderiam ser articuladas e potencializadas em prol do crescimento econômico e da melhoria da qualidade de vida da população. O território passa a ser representado como o espaço geográfico e cultural no qual as inovações acontecem no âmbito de processos históricos de criação e reprodução de identidades ou sentimentos de pertencimento comunitário (Boiser, 2000).

No que diz respeito ao desenvolvimento rural, Abramovay (2001) sugere a inadequação das noções tradicionais que o associam à “urbanização do campo”. A ruralidade não deveria ser encarada como uma etapa a ser vencida pelos esforços em prol do desenvolvimento. Entre os atributos que definiriam o meio rural, a relação mais próxima à natureza e a relativa dispersão populacional seriam valorizados diante do crescimento e da interiorização das médias e grandes cidades. Neste sentido, o dinamismo rural dependeria da renda urbana, não somente dos mercados consumidores anônimos e distantes destinatários dos produtos agropecuários, mas, sobretudo da renda associada ao aproveitamento das virtudes rurais mais valorizadas, entre as quais o autor cita a produção territorializada da qualidade, a paisagem, a biodiversidade e o modo de vida das populações rurais. Estas noções fortalecem a idéia de que a promoção do desenvolvimento, para ser efetiva, deve estar enraizada, de alguma forma, no conjunto de especificidades culturais historicamente estabelecidas.

Quando relacionada ao espaço rural, a concepção convencional de desenvolvimento também se fundamentou em uma simplificação, tomando o rural por simplesmente agrícola ou agropecuário. A intervenção em prol do desenvolvimento limitou-se geralmente às condições de produção ou aos processos produtivos, fomentando mudanças nas bases tecnológicas, na organização dos sistemas produtivos, na racionalização do uso da força de trabalho e em outros fatores relacionados à produção. Conceber o desenvolvimento rural como simplesmente desenvolvimento agrícola ou agropecuário contribuiu para colocar em segundo plano as outras dimensões que compõem os espaços rurais e as suas complexas relações com a sociedade como um todo.

Isolado como espaço da produção agropecuária, o mundo rural foi conceitualmente reduzido à concepção de setor agrícola (para o qual as intervenções deveriam estar coerentes com o objetivo de promover a racionalização econômica e a industrialização dos processos produtivos). Desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural – expressões sob enorme disputa política em relação aos seus significados – não se equivalem. De acordo com Navarro (2001), o desenvolvimento dos processos produtivos relacionados às práticas agrícolas constitui apenas uma faceta do desenvolvimento rural.

Para além da clássica questão agrária, o mundo rural passa por uma série de transformações que reforçam a dissociação entre desenvolvimento agrícola, portanto setorial,

e desenvolvimento rural, portanto englobante. Em muitas regiões brasileiras, por exemplo, as atividades não-agrícolas assumem cada vez maior importância para as famílias que vivem no campo (Schneider, 2003). Da mesma forma, as políticas sociais que implicam transferência de renda, principalmente no caso das aposentadorias, têm papel importante na manutenção de muitas famílias na prática da agricultura (Beltrão *et al.*, 2000).

Para Veiga (2006), estudando o caso europeu, mas relacionando-o à realidade brasileira, a “nova ruralidade” baseia-se em três fatores que contribuem para outra valorização contemporânea do mundo rural: (a) o aproveitamento econômico do rural como espaço de lazer, descanso, vínculo com a natureza e com as tradições; (b) os esforços preservacionistas e conservacionistas que impactam sobre as paisagens e contribuem para resgate da biodiversidade ameaçada pelas monoculturas; e (c) a busca de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais.

Pensando nestas outras visões sobre o desenvolvimento e a ruralidade, para que façam sentido (*contribua na invenção do futuro*) no cotidiano das mulheres e homens que vivem no rural brasileiro, as ações de promoção do desenvolvimento deveriam considerar: (a) a diversidade cultural e ecológica dos espaços rurais; (b) Esta diversidade como componente da necessidade de construir, de modo participativo, alternativas de mudança que valorizem enraizamentos, pertencimentos culturais, costumes, saberes e tradições; e (c) O rural como espaço inter-relacionado à sociedade como um todo (mas ainda é o espaço do território brasileiro onde carências e precariedades ainda se expressam de modo mais grave).

Neste contexto de mudanças, as políticas de desenvolvimento devem promover a “adequação das instituições”, o que vem se tornando prioridade na agenda nacional e internacional. As instituições democráticas deliberativas devem ser referências importantes para os processos de promoção do desenvolvimento, envolvendo de modo contínuo os cidadãos na definição e implantação das prioridades econômicas e sociais. Estas instituições representam um meio mais efetivo para engajar os sujeitos em projetos ou programas, possibilitando, de acordo com Peter Evans, “uma base mais sólida para avaliar as prioridades [locais] de desenvolvimento”. Além disso, ao enfatizarmos a ampliação das capacidades das pessoas, as instituições “expandem o que o desenvol-

vimento oferece, dando aos cidadãos a oportunidade de exercer a capacidade humana fundamental de fazer escolhas” (Evans, 2003).

Nesta formulação, a participação política dos envolvidos e o fortalecimento do seu poder de decisão tornam-se essenciais para desencadear processos de tutoria ou gestão social de projetos, promovendo competências locais essenciais à sustentabilidade do processo de mudança. Entre as iniciativas de adequação das instituições, a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento requerem potencializar a capacidade local de mobilização social, de forma a aglutinar interesses e articular recursos em torno de estratégias negociadas. Neste processo, as comunidades seriam estimuladas à organização de base, que daria vazão ao inconformismo dos sujeitos com seus indicadores de qualidade de vida. O engajamento de lideranças locais seria não só uma oportunidade ao desenvolvimento de competências, mas também a garantia de maior engajamento e respeito às especificidades histórico-culturais da região.

A partir destas considerações, percebe-se que a promoção do desenvolvimento passa a ser uma ação principalmente relacionada a experiências e práticas de aprendizado coletivo ou social, envolvendo tanto as populações locais quanto os agentes ou mediadores externos. Aprender, na prática, a agir em busca de modos de promoção do desenvolvimento. Na realidade de seus cotidianos, estes atores sociais buscam, a partir de métodos e maneiras bastante diversificadas, superar os limites históricos e arraigados que costumam limitar, separar ou compartimentar as funções de cada ator nestes processos, geralmente privilegiando o técnico, o pesquisador, o assessor ou o extensionista como o detentor da autoridade profissional e científica para determinar os rumos das ações e a direção dos processos.

A participação protagonista e efetiva, neste caso, torna-se a base para construção de processos fundados na idéia de aprendizado e os diagnósticos participativos tornam-se técnicas fundamentais para o conhecimento e ação sobre a realidade (Verdejo, 2006). A capacidade de intervenção a partir das institucionalidades públicas disponíveis e o ensino formal e profissionalizante parecem ainda distantes das novas demandas por habilidades e competências colocadas por este outro imaginário sobre o desenvolvimento e o rural.

As mudanças, as instituições e a formação dos extensionistas

Ao longo deste texto apresentamos algumas idéias que surgem para renovar percepções já estabelecidas ou arraigadas nos corações e mentes dos agentes que lidam com a promoção do desenvolvimento a partir de seu trabalho em diversas instituições. É importante também afirmarmos que as mudanças de percepção são parciais e lentas, demoram a “chegar” nas instituições e a modificar seus modos de atuação. Estas mudanças geram, nos profissionais, incertezas, inseguranças, angústias... E demandam reeducação, investimentos pessoais e coletivos, revisão de papéis profissionais e políticos etc. Qualificar a noção de desenvolvimento significa fazer opções e dar rumos (orientação e sentido) aos processos de intervenção (pública e privada) para promovê-lo. Significa também sinalizar a milhares de profissionais (agentes encarregados de promover mudanças na realidade) que eles próprios precisam mudar suas práticas para torná-las coerentes às concepções que mudaram e que foram adotadas pelas políticas públicas como novos referentes.

É importante percebermos que uma organização (em toda sua estrutura) também é um ambiente de defesa contra a ansiedade, desde que ela seja capaz de oferecer sentido e orientação ao trabalho que se propõe a fazer, tornando-o eficaz, adaptado à realidade e à possibilidade de ser avaliado (Kaufman, 1994). Uma organização (ou um programa ou projeto) que não tenha referências teórico-metodológicas construídas coletivamente (pelos agentes que a compõe) certamente corre risco de ter sua ação caracterizada pela fragmentação, pela baixa eficácia de seu trabalho e pelo “descolamento”/distância da realidade em que atua.

Sabemos também que os processos institucionais de mudança desencadeiam reações dos que são envolvidos por tais mudanças. Grosso modo, estas reações podem ser positivas – contribuindo para implantação das mudanças propostas – ou negativas – representando empecilhos ou obstruções às alterações desejadas. As reações positivas estão relacionadas, de um modo geral, a possibilidades de melhoria nos ambientes de trabalho, incremento de rendimentos ou às possibilidades de realização de projetos institucionais (e políticos) desejados. Mesmo que signifiquem às vezes mais trabalho, dedicação e nova capacitação para o desempenho de atividades e/ou funções antes não desempenhadas, as mudanças, para aqueles que reagem positivamente à sua

proposição, são vistas como oportunidades de aprendizado individual e coletivo. Representam, portanto, um tipo de estímulo à realização de projetos.

As reações negativas à mudança podem ter origem diversa. Boa parte delas está relacionada às incertezas geradas pelo próprio processo de mudança. Medo e aversão ao risco e à inovação são sentimentos que tendem a aflorar nestas situações. Neste caso, teme-se que a mudança institucional proposta ou desencadeada signifique a necessidade de nova capacitação, treinamento, aprendizagem, alteração em funções, papéis ou práticas organizacionais estabelecidos. Também podemos citar o medo da modificação ou perda de poder ou capacidade de mando adquirido pela configuração institucional até então predominante. Estes sentimentos estão na base de atitudes conservadoras quanto às mudanças propostas. Outro elemento importante na reação negativa à mudança é a descrença ou falta de afinidade político-ideológica com a proposta de mudança implantada. Neste caso, o investimento em aprendizado é indesejado e descartado. Quando obrigatório, devido a possíveis sanções, é tido como mera formalidade e não se desdobra em ações práticas coerentes com as novas concepções propostas. Obviamente, entre estas duas posições extremas (ou ideais) há uma miríade de comportamentos que se expressam na diversidade de situações que ocorrem no cotidiano das relações organizacionais.

É neste quadro amplo – apenas esboçado anteriormente – que se inserem os documentos ou textos de referência. Eles podem funcionar como “referentes teórico-metodológicos” ou guias para a ação, conferindo sentido e orientação às ações institucionais e ao trabalho cotidiano. Ao sintetizar referenciais teóricos e metodológicos que fundamentam as propostas de mudança (principalmente quando advindas de ambientes externos – políticas públicas, por exemplo), os textos de referência passam a se comunicar com os dois grandes grupos que reagem às mudanças: os inovadores e os conservadores.

Como chamamos à atenção anteriormente, a legitimação dos referentes teórico-metodológicos só pode se ocorrer em processos participativos, nos quais as divergências e conflitos (entre inovadores e conservadores) sejam explicitados a favor da construção coletiva de consensos mínimos ou possíveis. Os documentos de referência passam, portanto, a ser mediadores, configurando as forças conservadoras ou inovadoras

nos processos de mudança institucional, reforçando ou questionando (impulsionando a revisão) o papel da organização.

É neste sentido que podemos analisar o papel dos três documentos oficiais que fornecem novos referentes teóricos metodológicos à ação extensionista a partir de 2003 com a reestruturação da extensão rural brasileira a partir de outra perspectiva a este serviço. Em outros artigos e na primeira parte deste texto (de maneira pontual) caracterizei as mudanças propostas por estes documentos (Cf. Dias, 2004a e Dias, 2006). Podemos afirmar que estas mudanças projetam a necessidade de readequação das instituições que fundamentam as práticas extensionistas do modo como elas vêm historicamente sendo concebidas e executadas a partir das organizações públicas de assistência técnica e extensão rural.

Analisando o documento de referência do Serviço de ATER e o próprio surgimento do programa, reavivando o Projeto Lumiar (extinto em 1999), podemos enumerar alguns dos aspectos positivos de proposta e existência:

1. Reconhece a especificidade do público assentado (Não é o agricultor familiar mais capitalizado – “mais modernizável” – que tem sido o público beneficiado preferencialmente pela ATER pública brasileira; o agricultor assentado – principalmente o que passou pelo processo de engajamento político em movimentos sociais – tem maior consciência de seus direitos e demanda relações democráticas com os extensionistas; o assentamento não comporta – pela diversidade dos agricultores que o compõe – o tipo de intervenção individual à qual estão acostumados os extensionistas educados na matriz difusionista/producionista);
2. Abre um importante campo de atuação profissional a técnicos politicamente mais próximos/simpáticos ideologicamente à reforma agrária (recupera/dá espaço público de intervenção aos que se formaram no Lumiar);
3. Possibilita que os agricultores assentados escolham as organizações e/ou os técnicos que lhes prestarão assistência/assessoria/apoio;
4. Recupera e sistematiza (ao menos, teoricamente) uma visão crítica sobre os processos de assistência técnica e extensão rural;

5. Incorpora discursivamente a questão ambiental ao trabalho extensionista;
6. Oxigena o debate sobre o papel do Estado no apoio (assistência/assessoria) aos agricultores assentados no momento pós-conquista do acesso à terra;
7. Fortalece as organizações de movimentos sociais para que discutam e se organizem para concorrer a recursos públicos para prestar serviços de ATES;
8. Mexe com os interesses corporativos das Emater e similares, questionando sua inadequação às demandas dos assentamentos.

Por outro lado, na concepção e na prática do serviços, permanecem limites ou desafios a serem enfrentados:

1. Há um hiato marcante entre a proposta, o discurso e a intenção política e as capacidades operacionais (estruturais e políticas) para torná-las realidade;
2. Há graves limites operacionais do Incra para garantir repasse de recursos, por meio de convênios, às prestadoras de serviços de ATES;
3. Ao terceirizar o serviço de ATER, o Estado se desobriga de determinadas funções, projeta-as à sociedade civil e desencadeia, no caso do ATES, um processo de precarização das relações e das condições de trabalho.

Considerando as mudanças conceituais e as novas orientações propostas, podemos também afirmar que os profissionais formados nas ciências agrárias que trabalham com agricultores familiares – nas mais diversas situações concretas em que vive e produz esta população – se sentem pouco preparados para dar respostas consistentes aos desafios com os quais se defrontam (Masselli, 1998). Ao se complexificar, a noção de desenvolvimento aplicada à parcela dos agricultores não modernizados e precariamente vinculados aos mercados, tornou os processos de intervenção também mais complexos, contingentes e demandantes de novas qualificações profissionais.

Este fato implica demanda por capacidades profissionais que estão ainda distantes daquelas oferecidas pelos currículos convencionais dos cursos das ciências agrárias. Não sem razão muitos destes profissionais destacam a importância da primeira experiência de trabalho como chance ou oportunidade de aprendizado prático e real a respeito das verdadeiras demandas dos processos de promoção do desenvolvimento nos

quais se envolvem agricultores familiares.

Neste sentido, os profissionais das ciências agrárias diretamente envolvidos com o cotidiano dos projetos de promoção do desenvolvimento rural, passam a demandar outras habilidades ou competências profissionais. Na maioria dos casos, atuar com a promoção do desenvolvimento demanda compreensão dos processos históricos e sociais da instituição do regime dominante de propriedade da terra em uma determinada região, por exemplo. É necessário também trabalhar com o mapeamento e o diagnóstico das condições de acesso e de uso da terra e das técnicas e recursos disponíveis. Por outro lado, os atores envolvidos com o desenvolvimento rural demandam a compreensão dos condicionantes sociais da elaboração e instituição das políticas públicas; das normas e leis que regem sua implementação; da emergência de conflitos sociais e ambientais que marcam a trajetória de muitas intervenções.

Além destes requisitos, há de se empreender um esforço para fundamentar o conjunto de habilidades relacionadas à crescente demanda por participação e, ao mesmo tempo, interpretar suas relações com poderes locais historicamente estabelecidos, que criam e reproduzem limites a esta participação. Não bastasse, como deixar de analisar e compreender a ação coletiva dos movimentos sociais e seu papel fundamental na organização política de importantes segmentos da agricultura familiar? As questões não se esgotam neste rol provisório, mas dão uma idéia dos desafios a enfrentar.

Diante deste quadro, estariam os profissionais de ciências agrárias capacitados a trabalhar com agricultores familiares sob a perspectiva de uma visão crítica dos processos de promoção do desenvolvimento, principalmente as que atualmente trazem à cena questões ambientais e a necessidade de participação política dos envolvidos pelas ações? Antes, há uma formação profissional para “profissionais de desenvolvimento” ou esta é uma habilidade/competência que se aprende na prática? Por que, ainda hoje, prevalece uma distância tão acentuada e incômoda entre aquilo que se elabora em teoria a respeito dos processos de desenvolvimento e o quê de fato se verifica na realidade, no cotidiano das ações dos atores envolvidos nesses processos?

Uma análise rápida dos planos de desenvolvimento elaborados pelos extensionistas que prestam assistência aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária mostra, por exemplo, a predominância de projetos com ênfase nos fatores econômicos

da produção, sem preocupação com as dimensões humanas ou ambientais, com marcado viés setorial agrícola, desconhecendo a trajetória de socialização política destes agricultores etc. É possível instituir intervenções baseadas no diálogo e na construção de outros conhecimentos sobre a promoção do desenvolvimento nos termos e prazos (geralmente curtos) dos projetos? Poderíamos imaginar, a partir desta última questão, que a construção da participação política efetiva e real também é um processo que requer o longo prazo. E, para todas estas questões enumeradas, parece que as respostas (embora não se tenha aqui a pretensão de oferecê-las) passam pela mobilização, pelo movimento e pela ação em prol de outro tipo de formação profissional em ciências agrárias, já que vem sendo experimentada em diversas ações pelo Brasil. Como destacam Albaladejo *et al.* (2005, p.314):

Observou-se, atualmente, o surgimento de um movimento de pesquisadores e universitários que consideram necessário distinguir os esforços reais de construção de um diálogo de longo prazo com as organizações de agricultores (desde a negociação das demandas até a elaboração de políticas públicas, passando pelas ações de desenvolvimento no âmbito dos estabelecimentos agrícolas) dos tradicionais diagnósticos e experimentações fundados na coleta de informações recolhidas dos atores locais, que atualmente aparecem disfarçadas sob terminologias e retóricas de “pesquisas participativas”.

Os desafios colocados pelas inovações conceituais e pelas experiências alternativas de promoção do desenvolvimento são enormes e multifacetados. O breve esforço aqui empreendido foi o de expor parte das mudanças em cena, particularmente as referidas aos processos de promoção do desenvolvimento em suas relações com rural e, particularmente, os novos papéis e competências atribuídas ao agente extensionista. As idéias aqui expostas são colocadas em debate. E que este debate seja capaz de colaborar na construção de alternativas aos limites aqui identificados.

Bibliografia Citada

- Albaladejo, C., Simões, A., Veiga, I., Baré, J. F. Novas competências para os atores do desenvolvimento rural na Amazônia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, n.2, p.307-318, mai./ago. 2005.
- Beltrão, K. I., Oliveira, F. E. B., Pinheiro, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase das mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 26p. (Texto para Discussão, 759).
- Boiser, S. ¿Desarrollo (local): de qué estamos hablando? In: Becker, D, Bandeira, P. S. (Orgs.) **Desenvolvimento local-regional – determinantes e desafios contemporâneos, volume 1**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 228p. P. 151-185.
- Brandenburg, A. Extensão rural: missão cumprida. **Humanas**, Curitiba, n.2, p.47-58, 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento agrário como estratégia**. Brasília: Nead, 2006. 191p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Brasília: Convênio de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003. 157p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.
- Brose, M. (Org.). **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 256p. (Coleção Participe).
- Bruno, R. L., Dias, M. M. As **políticas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil**. Brasília: NEAD: Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004. 79p. [Relatório de Consultoria]. Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=274>. Acesso em: 28 set. 2004.
- Caporal, F. R., Costabeber, J. A. **Agroecologia e extensão rural – contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA,

2004. 166p.
- Caporal, F. R., Costabeber, J. A. C. **A ATER como instrumento de política do PNDRS**. Versão preliminar. Porto Alegre: Emater-RS, 2002. 8p. [Apresentado à Câmara Técnica de Fortalecimento da Agricultura Familiar].
- CEPAL. **La equidad: enfoques teóricos y sugerencias para su estudio**. Doc. LC/R.955, Santiago de Chile, 1990.
- Chapman, R., Tripp, R. Changing incentives for agricultural extension – a review of privatized extension in practice. **AgREN Network Paper**, London, n.132, July 2003.
- Chenais, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- Cowen, M. P., Shenton, R.W. **Doctrines of development**. London, New York: Routledge, 1996. 554p.
- Dagnino, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p. Pp. 279-301.
- Dias, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004. 199 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- Dias, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo Serviço de ATES. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p.499-543, set./dez. 2004a.
- Dias, M. M. Uma abordagem introdutória sobre as concepções e práticas da extensão rural no Brasil. In: Mônica Mariz de Jesus Carvalho; José Ambrósio Ferreira Neto. (Orgs.). **Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES Relatório**. Belo Horizonte: Incra, 2006. Pp. 111-137.
- Diesel, V. A nova extensão rural. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n.1, p. 55-62, jan./jun. 1993.

- Diesel, V., Neumann, P. S., Silveira, P. R., Froehlich, J. M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: Tommasino, H., Hegedüs, P. (Eds.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Universidad de la República, 2006. 366p.
- Diesel, V., Silveira, P. R., Neumann, P. S., Raupp, A. Visões sobre desenvolvimento e extensão rural. Jornadas Nacionales de Extensión Rural, 9.; Jornadas de Extensión del Mercosur, 3., La Plata. **Anais...** La Plata, Argentina: Fundación ArgenINTA, 2002.
- Doimo, A. M. **A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995. 353p.
- Evans, P. Além da “monocultura institucional”: instituições, capacidades e desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.9, p. 20-63, jan./jun. 2003.
- Favareto, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: Fapesp, 2007. 220p.
- FECAMP. Fundação de Economia de Campinas. **Estudo de caso em campo para a avaliação dos impactos do Pronaf**. Campinas: Brasília: FECAMP/Convênio PCT-IICA, 2002. 132p.
- Fisher, J. **El camino desde Rio – el desarrollo sustentable y el movimiento no gubernamental en el Tercer Mundo**. Tradução de Eduardo L. Suárez. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 387p.
- Fonseca, M. T. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192p. (Educação Popular, 3).
- Freire, P. **Extensão ou comunicação?**. 9ª ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 93p. (O Mundo, Hoje, 24).
- Giddens, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. 177p.
- Guzmán, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: Almeida, J., Navarro, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 323p. Pp. 19-29.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária. FAO. Organização das Na-

- ções Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto**. Brasília: PCT FAO/INCRA, 2000. 74p.
- Kaufman, H. **The limits of organizational change**. Reprint edition. New Brunswick: Transaction Books, 1994. 124p.
- Korten, D. Getting to the 21st Century – voluntary action and the global agenda. CT: Kumarian Press, 1990.
- Latouche, S. Contribution à l’histoire du concept de développement. In: Coquery-Vidrovich, C. *et al.* **Pour une histoire de développement: états, sociétés, développement**. Paris: L’Harmattan, 1988. Pp. 41-60.
- Leis, H. R. **A modernidade insustentável – as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Florianópolis: Vozes/Editora da UFSC, 1999. 261p. (Coleção Educação Ambiental).
- Lená, P. Novos atores, desenvolvimento sustentável e organizações não-governamentais. In: Becker, B. K., Miranda, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. 494p. Pp. 297-338.
- Masselli, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1998. 165p.
- Navarro, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p. 83-100, 2001.
- Nerfin, M. Introduction. In: Nerfin, M. (Org.). **Another development: approaches and strategies**. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 1977.
- Neumann, P., Froelich (Coord.). **Perfil dos serviços de ATER: uma análise crítica dos relatórios**. Brasília: FAO/MDA: Santa Maria: UFSM, 2004.
- Neves, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Cadernos de Difusão de Tecnologias**, Brasília, v.4, n.3, p.343-367, set./dez. 1987.
- Neves, D. P. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: Motta, M., Piñero, T.L. **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. 99p. Pp. 9-41. (Herança, 1)

- Ribeiro, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: CPP/Emater-MG, 2000. 270p.
- Romano, J. O., Buarque, C. M. **Crédito e gênero no Nordeste Brasileiro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 148p.
- Santos, B. S., Rodríguez, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Tradução Vítor Ferreira. In: Santos, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515p. Pp. 23-77. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2).
- Schneider, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254p.
- Sen, A. **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.
- Tucker, V. Introduction: a cultural perspective on development. **The European Journal of Development Research**, v.8, n.2, p. 1-21, 1996.
- Vázquez-Barquero, A. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Editora Pirámide, 1998.
- Veiga, J. E. **Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226p.
- Veiga, J. E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p. 333-353, 2006.
- Verdejo, M. E. **Diagnóstico rural participativo: uma guia prático**. Brasília: SAF/MDA, 2006. 62p.